

ANIMAIS SILVESTRES URBANOS: REFUGIADOS AMBIENTAIS E UMA NOVA ORDEM MULTIESPÉCIES

Eveline Baptistella¹

Neste exato momento, uma crise de refugiados está em andamento. Ela está presente de forma ostensiva em nosso ecossistema de comunicação, mas não é tratada como tal. Todos os dias, *sites* de notícias, emissoras de TV, produtores de conteúdo e usuários de redes sociais noticiam a presença de animais silvestres em áreas urbanas. Vídeos de tucanos pedindo alimento na janela de um apartamento. Onças-pardas em áreas de serviço. Jacarés-do-Pantanal frequentando estacionamentos. Uma lontra se alimentando de carpas em um lago ornamental. Esses são apenas alguns casos mapeados na imprensa brasileira e em perfis de influenciadores nacionais na rede social *Instagram*.

¹ Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea (Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil). Professora Efetiva da Universidade do Estado do Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/3645829178389230>. <https://orcid.org/0000-0001-6292-3159>. evelineteixeira@unemat.br. Endereço para correspondência não informado. Telefone não informado.

Esses indivíduos podem muito bem figurar entre os refugiados ambientais², forçados a migrar para as cidades devido a questões como desmatamento, expansão imobiliária, avanço de monoculturas, incêndios florestais criminosos e alterações de *habitat* decorrentes das mudanças climáticas. Sem alternativa, alguns animais não humanos decidem enfrentar o risco de buscar um território completamente diferente para se estabelecerem. Este é um problema premente porque está mudando a face dos aglomerados urbanos e seus riscos e conflitos vêm sendo ignorados, bem como a necessidade de construir novas formas de organização social que incluam os interesses das outras espécies.

Nesse cenário, o presente trabalho busca refletir sobre a questão dos animais silvestres urbanos (Baptistella, 2019)³ e os desdobramentos que tal presença pode potencializar na organização das cidades a partir de um trabalho de pesquisa que vem se desdobrando desde 2011 e, aqui, teve parte de seu *corpus* incluído em um estudo de caso (Yin, 2015).

² Quando se trata de humanos, refugiados são aqueles forçados a abandonar tudo devido a conflitos armados ou perseguições. Ao serem reconhecidos como tal, eles passam a contar com assistência dos estados e do Alto Comissariado da ONU para Refugiados. Migrantes, por sua vez, se mudam para buscar melhores condições de vida, mas não constituem um grupo sob ameaça direta de morte (Edwards, 2022). A categoria migratória de refugiado ambiental não está presente na Convenção da ONU, de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados. Portanto, não contempla nem animais humanos nem animais não humanos. Segundo El-Hinnawi (1985), os refugiados ambientais são “[...] aquelas pessoas que foram forçadas a abandonar seu *habitat* tradicional, temporária ou permanentemente, devido a uma grave interrupção ambiental natural ou desencadeada por pessoas, que comprometeram sua existência e afetaram seriamente sua qualidade de vida. ‘Interrupção ambiental’ significa qualquer alteração física, química ou biológica no ecossistema (ou base de recursos) que o representam, temporariamente ou permanentemente, impróprios para suportar a vida humana”. Conforme Guerra (2021), o termo segue em disputa, visto que alguns autores discordam da terminologia enquanto outros buscam aperfeiçoar a definição, especialmente porque fatores ambientais estão entrelaçados com aspectos sociais, políticos e econômicos.

³ Em sua Instrução Normativa (IN) nº 141, O Governo Federal brasileiro usa o conceito de fauna sinantrópica para se referir às “[...] populações de animais de espécies silvestres nativas ou exóticas, que utilizam recursos de áreas antrópicas, de forma transitória em seu deslocamento, como via de passagem ou local de descanso; ou permanente, utilizando-as como áreas de vida” (Brasil, 2006). A IN foi criada com o propósito de regulamentar o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva e classifica esses animais da seguinte maneira: “Fauna sinantrópica que interage de forma negativa com a população humana, causando-lhe transtornos significativos de ordem econômica ou ambiental, ou que represente risco à saúde pública (Brasil, 2006). O documento deixa claro que o interesse humano é supremo e como, instrumento legal, torna passíveis de “controle e manejo” de diferentes espécies que podem se tornar “incomodas”. Questões sociais complexas e o próprio interesse dessa dita fauna à vida não entram na equação da IN 141. Assim, a nomenclatura “animais silvestres urbanos” foi pensada justamente como uma forma de inserir a questão cultural nesse debate, lembrando que os interesses dos animais não humanos bem como os contextos e relações que promoveram a adaptação ao *habitat* urbano precisam ser levadas em conta.

Hare & Woods (2020) apontam o momento que estamos vivendo como o maior evento de autodomesticação da história. Para os autores, a domesticação é também um processo de seleção natural no qual nos animais não humanos têm agência⁴. Os indivíduos que têm maior tolerância e menos receio da presença humana vão avançando pelas cidades em busca de alimento e abrigo. O processo de transformação do lobo em cão doméstico seria um caso clássico de autodomesticação que resultou, não somente, em mudanças sociais para todos os envolvidos, mas também provocou mudanças morfológicas e cognitivas nos canídeos. Assim, quanto mais amigável um animal não humano é, maiores chances ele tem de deixarmos que sobreviva ao nosso redor. Animais vivos, procriam. Este é o vetor biológico da autodomesticação (Hare & Woods, 2020).

Mas, se formos pensar sobre os animais não humanos em sua complexidade, não podemos deixar de levar em conta que comportamentos também são aprendidos e ensinados de geração para geração. Assim, pode-se afirmar que a autodomesticação também tem um vetor cultural. Da mesma maneira que nós, os outros animais têm suas gramáticas de comportamento e expressão de emoções (Coelho & Rezende, 2010). As onças-pintadas e os profissionais do turismo da região de Porto Jofre, município localizado na Rodovia Transpantaneira, a 250km da capital Cuiabá, no Pantanal mato-grossense, ajuda a entender melhor tal processo. No início dos anos 2000, pescadores e guias passaram a oferecer alimentos para onças-pintadas de forma a atraí-las para promover a observação dos felinos. A prática, chamada de “ceva”, camufla problemas: aumenta o risco de encontros agonísticos e pode deixar os animais não humanos mais vulneráveis a humanos mal-intencionados (Baptistella, 2021).

⁴ A Teoria Ator-Rede (TAR) considera que não humanos também são actantes, ou seja, também têm agência e estabelecem relações que formam uma rede (Latour, 1996). Nesse caso, a palavra ator refere-se aos outros animais e a elementos não orgânicos. A TAR fundamenta o conceito de agência animal, uma vez que é possível identificar entre os animais não humanos ações providas de intencionalidade e com desdobramentos que se movem através das redes.

De fato, a situação se tornou um problema na região e foi oficialmente proibida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso, em 2011, por meio de um código de regulamentação da observação de onças-pintadas. Apesar de a fiscalização ser praticamente nula, a oferta de alimento passou a ser coibida pelos próprios guias, pois se tornou malvista entre os turistas. Ainda assim, em Porto Jofre, uma nova geração de onças-pintadas continua tolerando pacificamente a presença de visitantes que surgem em grandes agrupamentos de barcos. Os guias que trabalham na região apontam que elas aprenderam a se comportar assim com os pais (Baptistella, 2020). Também reconhecem perigo quando veem humanos a cavalo ou em um único barco e, nessas situações, costumam se afastar. É significativo que as onças sigam sendo caçadas no Pantanal por representarem ameaças aos rebanhos. No entanto, na região mencionada acima, passaram a receber uma rede de proteção humana, já que se tornaram trabalhadoras do turismo (Baptistella, 2021). Sua tolerância aos visitantes garantiu melhores condições de sobrevivência. Para isso, no entanto, elas mudaram sua cultura e se adequaram às práticas econômicas humanas. Contudo, não precisaram deixar seu *habitat*.

Outros animais não humanos não encontram as mesmas possibilidades, até porque muitos perdem seu território e seus meios de vida do dia para a noite. Por isso mesmo, as onças-pintadas de Porto Jofre ajudam a entender, por exemplo, o tamanho do esforço de adaptação empreendido por um casal de araras-canindé que fez seu ninho numa grande avenida de um centro urbano. Sem falar nas inseguranças e imprevistos que ocorrem quando um animal se dispõe a desbravar um território completamente novo ou que sofre mudanças radicais a cada ano. Esse foi o caso de um jacaré-do-Pantanal que efetuou sua migração sazonal em pleno Centro Político Administrativo de Cuiabá e acabou indo parar dentro do fosso de inspeção de veículos do Detran local (Mendes, 2021).

Vou focar aqui numa espécie cujo comportamento pude avaliar em diferentes situações ao longo dos anos de pesquisa. No Centro-Oeste, o tamanduá-bandeira é um animal que tem sido encontrado em ambientes urbanos com cada vez maior

frequência. Em condomínios, estacionamentos de *shoppings* e canteiros de avenidas, ele busca por formigueiros que já não existem mais em seu antigo *habitat*. Na *internet*, é possível encontrar diversos vídeos mostrando tais episódios. Os tamanduás-bandeira que já encontrei no seu habitat natural correm, ao menor sinal de aproximação humana. Até mesmo aqueles que são habituados e vivem no entorno de hotéis do Pantanal não toleram bem nossa presença. No ambiente de cativeiro, por sua vez, encontrei um tamanduá-bandeira tão dócil que demandava carinho das pessoas. Em diversos casos documentados sobre esses mamíferos resgatados em áreas urbanas, as imagens mostram um comportamento totalmente diferente. Dóceis, os indivíduos se deixam conduzir pacificamente. Em um episódio que acompanhei, a moradora de um condomínio relatou que, ao encontrar o mirmecofagídeo em sua garagem, decidiu conduzir o animal para dentro do portãozinho onde costumava abrigar o cachorro da família, e foi prontamente obedecida. Em outro incidente, em abril de 2022, um indivíduo apareceu no campus de Cáceres da Universidade do Estado de Mato Grosso e se comportou tranquilamente quando foi “resgatado” pelos bombeiros.

Os tamanduás-bandeira que encontrei no Pantanal e aqueles que encontrei em ambientes urbanos fazem parte da mesma espécie. Mas são animais completamente diferentes. Eles nos ajudam a entender que personalidade, subjetividade e consciência não são atributos exclusivos dos humanos. Mais do que isso, estão nos dizendo em voz alta que categorias e rótulos não podem dar conta da complexidade que carregam em si – especialmente diante das condições desafiadoras que vêm enfrentando em decorrência de ações antrópicas. Num presente de crise ecológica, nossas cidades já são a casa de espécies com as quais muitos de nós jamais imaginamos que seria possível termos como vizinhos, companheiros de trabalho, amigos. Viver num mundo de autodomesticação significa que os humanos, enquanto pretensos ordenadores dos ambientes urbanos, também precisarão passar por mudanças profundas e elas não são apenas estruturais. Elas devem ser, sobretudo, culturais.

PERCURSOS E MÉTODOS: FORMAS DE PENSAR OS ANIMAIS

Apoiada no referencial teórico e na abordagem interdisciplinar dos Estudos Animais (DeMello, 2012 & Waldau, 2013), trago aqui um estudo de caso (Yin, 2015) cujas fontes de evidência contemplam dados obtidos dentro de um projeto maior de estudo das relações entre animais humanos e não humanos que teve início em 2012. Assim, o *corpus* inclui informações obtidas por meio da etnografia multiespécies (Kirksey & Helmreich, 2010) realizada, tanto em contextos urbanos, quanto na região do Pantanal Norte, em Mato Grosso; relatos de caso (Bekoff, 2010); análise de conteúdo (Bardin, 2016) de notícias veiculadas pela imprensa brasileira; e etnografia on-line ou netnografia (Hine, 2005) feita na rede social *Instagram*.

A etnografia é um método de pesquisa ligado à Antropologia, uma ciência que tem em sua base a centralidade da agência humana (Sussekind, 2018), mas que, nas últimas duas décadas, registrou a emergência de novas formas de pensar as interações em sociedade, derivando na etnografia multiespécies.

Aqui, a proposta foi registrar e descrever as relações entre animais humanos e não humanos, bem como outros actantes, dentro de uma rede em que a agência não fosse pensada como posse exclusivamente humana. Assim, os animais não humanos presentes nas cidades ou no Pantanal também entraram no foco da pesquisa. Dentro do repertório de técnicas etnográficas, utilizei a observação participante, a entrevista e o caderno de campo (Travancas, 2006). No Pantanal, foram realizadas 11 viagens, entre os anos de 2016 e 2020.

Já a etnografia no espaço urbano vem se desenrolando desde o ano de 2011. O trabalho teve início em Cuiabá, capital de Mato Grosso, e passou a ser desenvolvido em diferentes cidades, encontrando, a partir de 2016, uma conexão com a ciência cidadã (Hecker et al, 2018) e com a corrente dos estudos animais e mídia (Almiron & Cole, 2016; Baptistella, 2018; Merskin, 2018).

No primeiro caso, conforme a pesquisa foi se tornando conhecida, surgiram novos informantes em diferentes regiões do país e os relatos de casos e registros fotográficos passaram a compor um banco de dados. Bekoff (2010) lembra que a sistematização desse tipo de informação ajuda a constituir uma fonte confiável de dados, pois quanto maior o número de episódios acumulados mais:

[...] desenvolvemos um sólido banco de dados sobre comportamento, que pode ser utilizado para estimular pesquisas empíricas adicionais e, por que não, história adicionais. É importante notar a frequência com que histórias parecidas vêm à tona entre diferentes espécies, e o quanto elas também ajudam a identificar determinadas emoções. Espécies diferentes podem expressar emoções por meio de diferentes comportamentos, mas o contexto da história ajuda a tornar claro que as emoções são parecidas (Bekoff, 2010, p. 138).

A repetição de episódios envolvendo encontros entre humanos e animais não humanos, ditos silvestres em contextos urbanos, foi evidenciando uma mudança consistente nos padrões de distribuição de determinadas espécies, que passaram a ser vistas com certa frequência em áreas urbanas.

Os estudos de mídia reforçaram tais dados, uma vez que também foi possível formar um *corpus* robusto de reportagens que traziam as mesmas evidências. A partir da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016) foi selecionada uma amostra de 150 notícias em *sites* jornalísticos de cobertura nacional ou com ênfase no estado de Mato Grosso. O objetivo era identificar como os animais silvestres eram representados pela imprensa, bem como se havia contextualização das questões que os levaram a buscar espaço em um novo tipo de *habitat*. A representação midiática é uma instância poderosa de transformações culturais e contribui fortemente para a maneira como os humanos irão tratar as demais espécies (Almiron & Cole, 2018). Mas a formação dos jornalistas brasileiros, por exemplo, não prevê nenhum tipo de consideração ética em relação outas espécies. Assim, muita dessa força de atualização dos textos culturais (Lotman, 1996) acaba sendo direcionada apenas para a manutenção do *status quo*, uma vez que os

profissionais da imprensa não tendem a reconhecer os interesses da maioria dos animais não humanos.

Por meio de tais constatações, cheguei a uma terceira fonte de dados: a rede social *Instagram*. Afinal, em um contexto de democratização da produção de conteúdo, quais seriam as narrativas acerca desses refugiados ambientais e seus encontros com outros animais – humanos e não humanos? Selecionei postagens de diferentes perfis a partir do mapeamento feito por meio das *hashtags* #ebemmt, #ebemmatogrosso, #onça-pintada, #ariranha, #tamandua, #animais, #pantanal. As postagens e comentários foram analisados por meio da metodologia de etnografia on-line (Hine, 2005), reconhecendo o ciberespaço como um ambiente social e uma semiosfera compatível com o emprego de técnicas de participação e observação cultural de comunidades (Kozinets, 2014).

Além do referencial teórico dos estudos animais (Almiron & Cole, 2016; Baptistella, 2018; DeMello, 2012; Merskin, 2018; Waldau, 2013), os dados foram analisados à luz da Semiótica da Cultura (Lotman, 1996) e de teóricos que se concentram nos processos do organizar (Czarniawska, 2008; Duarte e Alcadipani, 2016; Fantinel, 2020), com contribuições especialmente da Teoria Ator-Rede (TAR) (Latour, 2001, 1996).

AGÊNCIA ANIMAL E AS FRONTEIRAS QUE SE MOVEM

Muitas vezes, é preciso lembrar que nós, humanos, somos animais. Afinal, estabelecemos para nós mesmos um lugar distinto do restante daquilo que Wilson (2009) chama de criação. Daí o fato de indivíduos tão diferentes quanto um elefante e um besouro estarem reunidos sob essa categoria única: a dos animais. Para Ingold (1994, s.p.), “[...] cada geração reconstrói sua concepção própria de animalidade como uma deficiência de tudo o que apenas nós, os humanos, supostamente temos, inclusive a linguagem, a razão, o intelecto e a consciência moral”. Tais discursos ajudam também a resolver o “problema” da crueldade e da exploração contra os animais não humanos, pois absolvem condutas especistas.

Com o avanço das ondas do direito animal, as estratégias para manter os animais como subalternos vão se atualizando no *continuum* semiótico da cultura (Lotman, 1996). As decisões sobre quem é ou não matável, nos termos de Haraway (2008), segue nas mãos dos humanos, mas as justificativas se transformam. Hoje, a subjetividade está no centro do debate. A presença, ou não, de sentiência é um dos argumentos mais acionado entre os defensores dos direitos dos animais como forma de garantir a inclusão de determinadas espécies em nossa esfera de consideração moral. É um terreno pantanoso, pois há diferentes definições de sentiência e, como mostra Godfrey-Smith (2019), há uma confusão entre consciência e experiência subjetiva. Além disso, diferentes autores têm diferentes definições sobre o termo. Para Francione (2015), todos os seres sencientes são aqueles que tem consciência perceptiva subjetiva, sendo dotados de capacidade de sentimentos ou sensações. Já Godfrey-Smith (2019, p. 79) crê que a sentiência “implica ser um sistema vivo com um ponto de vista sobre o mundo em volta”.

A Declaração de Cambridge vai além e utiliza o termo “consciência animal” para definir que:

A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente como a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Consequentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos⁵ (Unisinos, 2012, p. 1).

⁵ “The absence of a neocortex does not appear to preclude an organism from experiencing affective states. Convergent evidence indicates that non-human animals have the neuroanatomical, neurochemical, and neurophysiological substrates of conscious states along with the capacity to exhibit intentional behaviors. Consequently, the weight of evidence indicates that humans are not unique in possessing the neurological substrates that generate consciousness. Nonhuman animals, including all mammals and birds, and many other creatures, including octopuses, also possess these neurological substrates.”

O neurocientista Philip Low, líder do grupo que compôs a declaração, resumiu a necessidade do documento em uma frase: “não podemos mais dizer que não sabíamos” (Pires, 2012). Ainda assim, animais seguem sendo mortos e explorados todos os dias.

DeMello (2012) lembra que os animais não humanos são uma construção social e as maneiras como os classificamos estão constantemente mudando para justificar nossos interesses. “Como nós usamos os animais na sociedade hoje define, pelo menos em parte, como nós os classificamos. E o contrário também é verdade: como nós os classificamos também impacta a maneira como eles são tratados” (DeMello, 2012, p. 45). Ao hierarquizar espécies, os humanos dão suporte ao processo de entorpecimento psíquico (Joy, 2015), que garante a manutenção do comportamento assimétrico em relação a outros animais. Desta maneira, é possível colocar mamíferos em diferentes “prateleiras”, mesmo sabendo que, em essência, um cão de “laboratório”, um cão de “rua” e um cão de estimação têm as mesmas competências para lidar com o mundo e, por que não dizer, o mesmo interesse em uma vida digna e sem sofrimento.

Para Descola (1998), nós, humanos, temos maior simpatia por animais que julgamos mais próximos da nossa própria espécie e, nesse caso, os mamíferos recebem maior consideração. Leach (1983, p. 191) considera que ordenamos os animais a partir de uma escala de distância social, de forma a organizar como vamos nos relacionar com eles. Segundo o autor, essa ordenação vai determinar “[...] a ocorrência de tabu (valor ritual) como indicação de diferentes tipos de matança e restrições alimentares, insulto verbal, associações metafísicas, desempenho ritual, intrusão de eufemismos, etc”. Os mamíferos, por exemplo, teriam melhor consideração social, mas tal escala tem termos de proximidade, de forma que animais domésticos e selvagens são avaliados de formas diferentes. Os insetos e répteis estariam entre os animais não humanos que merecem menor consideração. Como nossos inimigos, deveriam ser exterminados. No entanto, vejam só, as abelhas constituiriam exceção sendo “[...] frequentemente investida com poderes de inteligência e organização super-humanos” (Leach, 1983, p. 182).

Arluke *et al* (2022), por sua vez, organizaram a teoria da escala sociozoológica. Para os autores, nosso grau de consideração pelos outros animais é uma construção social baseada intrinsecamente em julgamentos morais. Assim, dividiríamos os animais não humanos entre “bons” e “maus”. Bons animais são aqueles submissos aos desígnios humanos. Eles se dividem em duas classes: estimação, que engloba animais não humanos com quem mantemos relações de afeto; e ferramentas, referente àqueles que servem para exploração, tais como cobaias e animais ditos de “produção”. Os bons animais têm um lugar mais claro na ordem social. Eles participariam da sociedade como “cidadãos decentes” por serem confiáveis, previsíveis e obedientes aos papéis que lhes foram atribuídos (Arluke *et al*, 2022).

Por outro lado, há os maus animais que, segundo os autores, seriam aqueles que escapam do nosso controle e não se adaptam ao imperativo humano de submissão. Constituindo uma contestação à nossa autoridade, eles são classificados entre “aberrações”, cujo lugar social é confuso; “pragas”, que não se confinam no seu lugar social; ou “demônios”, que rejeitam seu lugar social. “Eles são esquisitices que causam repulsa, visitantes não desejados que provocam medo ou agressores perigosos que despertam horror. Por sua vez, a sociedade pode ignorar, marginalizar, segregar ou destruí-los” (Arluke *et al*, 2022, s.p.). Para exemplificar, um sapo seria uma aberração, enquanto uma barata seria uma praga e uma onça-pintada, um demônio.

Contudo, basta conviver com um animal não humano, ou até mesmo observar o caso das onças-pintadas de Porto Jofre, para perceber que tais categorias não são imutáveis. Os próprios criadores da escala sociozoológica (Arluke *et al*, 2022) reforçam essa condição porosa das fronteiras. Isso não acontece porque “toda regra tem exceção” ou apenas porque nossos esforços de classificação se retorcem em volta de interesses antropocêntricos, em constante mudança. Esses rótulos só seriam inabaláveis se os animais não humanos fossem autômatos ou se seus comportamentos fossem, conforme alguns ainda defendem, transmitidos apenas geneticamente e cada animal não humano permanecesse confinado aos

códigos transmitidos de geração para geração dentro de sua espécie. Ou seja: se eles não tivessem agência (Latour, 2001).

Ao se adaptarem a transformações radicais em seus modos de vida, os animais silvestres urbanos⁶ confirmam a extensão dessa agência. Mas também demonstram a inabilidade humana em lidar com agências de animais que não humanos. Especialmente daqueles que saem das categorizações mais simples, como na dicotomia silvestre x doméstico. Afinal de contas, como classificar as capivaras que moram em frente à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e, por exemplo, são tão hábeis quanto um humano para lidar com o trânsito? Como se comportar diante de um jacaré-do-Pantanal que toma banho de sol no meio da pista de caminhada de um parque urbano?

Esses animais ainda podem ser considerados silvestres? Poderiam ficar confinados dentro do conceito de fauna sinantrópica que, quase sempre, é ligado aos interesses humanos quando se trata de gestão de espaços? Seriam eles capazes de orientar uma mudança no nosso relacionamento com outras espécies, promovendo um tratamento que contemple a questão do animal não humano enquanto indivíduo com subjetividade própria? Como mostram Arluke *et al* (2022) – e confirmam Hare & Woods (2020) – a submissão é a palavra-chave no nosso relacionamento com as outras espécies. Animais amigáveis, dóceis e/ou que se submetem aos nossos interesses ascendem ao posto de bons animais. Com isso, ganham o “direito” de coexistirem conosco nas cidades.

A análise de conteúdo (Bardin, 2016) da amostra de notícias publicadas em *sites* jornalísticos, do *corpus* selecionado para este estudo, demonstrou que a presença de animais considerados silvestres em áreas urbanas é, majoritariamente,

⁶ Em 2019, cunhei o termo “animais silvestres urbanos” para me referir aos animais não humanos que encontrei vivendo em Cuiabá, capital de Mato Grosso. Defendo que esses animais não humanos integram essa nova categoria, pois já não são mais animais selvagens/silvestres, mas também não são domesticados. Mais que isso, como autodomesticados, foram agentes na criação de novas gramáticas de expressão de emoções que viabilizam sua presença em espaços urbanos.

enfocada pela abordagem do pitoresco e da curiosidade. O principal critério substantivo que rege o valor-notícia de seleção (Traquina, 2013) destes casos é o de notabilidade vinculado ao tema “insólito”. Conforme o referido autor, a preponderância deste valor-notícia na hora da escolha de uma pauta demonstra como o campo jornalístico “[...] está mais virado para a cobertura de acontecimentos, e não problemáticas” (Traquina, 2013, p. 80).

Da mesma forma, a netnografia na rede social *Instagram* trouxe um resultado similar: a presença de espécies que não são consideradas domésticas é tratada como uma benção, algo engraçado ou como uma mostra de convivência harmônica entre animais humanos e não humanos nas cidades. Os conflitos que tal situação acarreta, bem como os motivos que levaram esses animais não humanos até as zonas urbanas permanecem invisibilizados (Baptistella, 2019).

Nesse caso, voltar nosso olhar para a mídia é importante, pois, conforme Almiron & Cole (2016), trata-se de uma instância essencial na manutenção da cultura especista. A maneira como a mídia retrata essa presença ajuda a definir como a sociedade vai se comportar em relação aos animais não humanos. A pesquisa mostra que a mensagem atual proferida pela mídia é de que esta convivência é harmônica e se dá sem conflitos. Apesar de estarmos avançando rumo à cidades multiespécies, o sofrimento da migração forçada permanece invisibilizado. A questão do organizar o espaço urbano também segue sem uma reflexão aprofundada sobre a situação dos animais que não se adequam ao perfil de submissão total que lhes garanta a sobrevivência conosco.

CIDADES MULTIESPÉCIES E UMA CULTURA DA CONVIVÊNCIA

Os animais silvestres urbanos estão, hoje, numa zona cinza. Eles não são animais de estimação, mas também não são o que se poderiam chamar de selvagens. Também não estão mais em seus *habitats* naturais, lugar em que as pessoas se acostumaram a encaixá-los. Tanto é que toda vez que um deles é encontrado numa casa ou num *shopping*, por exemplo, o primeiro esforço é promover o

“resgate” e a “devolução” do animal para seu *habitat* – que é, geralmente, uma pequena mancha de vegetação nos limites da cidade. O caso é que muitos deles continuam voltando e voltando, até serem aceitos como parte daquele local. Em Cuiabá, as capivaras e jacarés-do-Pantanal são os melhores exemplos. Em algum momento, eles simplesmente foram integrados. Ao ponto de o poder público ter transformado um dos poucos lagos da cidade em que ainda havia um certo isolamento em um “parque das águas”, com direitos a bares, pista de caminhada e até show de luzes. Os roedores e os répteis não foram embora. Pelo contrário, se adaptaram ao fluxo humano. Cada vez que um deles se estabelece numa área urbana, está colocando sua agência em prática e atuando para reorganizar a cidade.

Duarte & Alcadipani (2016) lembram que, comumente, organizações são vistas como sistemas fechados, neutros, com objetivos bem definidos e altamente estáveis. Entretanto, os estudos do organizar questionam tal premissa, se debruçando sobre as organizações enquanto processos.

Dessa forma, conforme a ontologia do vir a ser (*becoming ontology*), a qual se alinha a uma abordagem pós-estruturalista, assumimos uma visão processual das organizações, de modo que essas não mais são entendidas como substantivos, no sentido de serem entidades fixas, homogêneas e estáveis, mas sim como verbos ou processos, ou seja, passam a ser compreendidas como processos ou práticas de organização (*organizing*), os quais se mostram heterogêneos, difusos e complexos, em constantes fluxos e transformações (Duarte & Alcadipani, 2016, p. 60).

A partir da Teoria Ator-rede (Latour, 2005), as cidades podem ser pensadas, então, como entidades feitas de natureza e cultura, que se articulam a partir das relações de diferentes atores humanos e não humanos. Seu organizar vai muito além da dimensão formal das instituições que seriam responsáveis por um planejamento, visto que as relações que mantêm determinados arranjos são compostas também por atores informais e têm um caráter provisório (Law, 2002).

No Brasil, os Centros de Controle de Zoonoses podem ser citados como exemplo. Durante muitas décadas, em diversas cidades, o trato dos animais não humanos nos municípios ficou confinado a esse departamento. Como o nome deixa claro, era uma instância na qual os animais eram vistos como doenças e/ou problemas. Conforme novas relações foram se estabelecendo entre diferentes atores, especialmente com a ascensão do modelo de famílias multiespécies, o poder público foi sendo forçado a rever práticas, modelos e até nomes.

Hoje, grandes capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, mantêm secretarias/diretorias de proteção e defesa dos animais. Tais instâncias de organização do espaço urbano, contudo, são especialmente voltadas para determinados atores não humanos que impulsionaram tais mudanças: os cães e gatos, animais que passaram a ser enquadrados como filhos em determinados cenários⁷, mas que também são motores de indignação e comoção quando estão em situação de vida livre nas ruas (Baptistella, 2019). Ou seja, para que existissem as estruturas, primeiramente existiram relações e processos que culminaram em novas sensibilidades e demandaram mudanças no ordenamento social.

Os animais silvestres nas áreas urbanas são novos agentes, cujos relacionamentos com humanos e não humanos trarão transformações que ultrapassam a esfera material. Eles movem, sobretudo, as fronteiras da cultura, cocriando semiosferas que precisam ser consideradas ao pensar o organizar nas cidades. É um movimento que demanda remover os humanos do pedestal. Conforme Fantinel (2020), as teorias organizacionais ainda mantêm os animais não humanos às margens por haver um entendimento de que este é um segmento baseado no poder humano de controlar, sistematizar e organizar a sociedade - calcado no esforço para garantir o funcionamento de estruturas e organizações dentro de

⁷ Os animais de estimação que são considerados como filhos por seus tutores não escapam, no entanto, de uma posição marcada por muitas contradições. Enquanto crianças humanas crescem, amadurecem e ganham diferentes graus de independência, cães e gatos – entre outros animais que recebem o título de filhos de humanos – permanecem sob eterna tutela humana e têm sua expressão de comportamento natural controlada, como no caso das práticas de castração e adestramento (Baptistella, 2019).

parâmetros considerados eficazes. A referida autora defende que as agências animais não humanas desafiam a ilusão de cisão natureza x cultura, um paradigma que ainda detém posição de força em diversas áreas do saber, por estar fortemente estabelecido no núcleo da cultura (Lotman, 1996).

Na semiosfera, todo texto cultural tem um núcleo menos permeável, que abriga seus elementos mais estáveis. O especismo se encontra neste lugar de maior estabilidade. Contudo, em suas bordas, o texto tem uma estrutura mais fluida e aberta, que permanece contaminando e sendo contaminado por outros textos culturais. Nesse processo, chamado de semiose, se dão as atualizações da cultura (Lotman, 1996). Os animais não humanos com suas agências estão, neste momento, forçando mudanças no núcleo da cultura, de maneira a continuarem existindo. Afinal, o que são os animais silvestres urbanos se não híbridos de natureza e cultura (Latour, 2001), assim como todos nós? Contudo, tirar o humano do centro, especialmente em um espaço que é considerado dele por excelência, é uma tarefa complexa, mas inevitável, até porque os outros animais vêm falando cada vez mais alto e é cada vez mais difícil ignorar sua voz.

A chegada dos Estudos Organizacionais ao movimento pode contribuir para decisões eticamente orientadas, especialmente quando os conflitos acontecerem. E eles já estão acontecendo. Na Itália, em agosto de 2023, uma mãe urso apelidada de Amarena foi morta a tiros de espingarda, quando passou a circular pela área urbana de San Benedetto dei Marsi, próximo ao Parque Nacional dos Abruzos, Lácio e Molise. Antes de ser assassinada, ela percorreu o mesmo caminho de outros animais silvestres urbanos: tolerante à proximidade humana, tornou-se “viral”. Em vídeos postados em redes sociais, era acompanhada de dois filhotes e não demonstrava comportamento agressivo. O autor do crime não teve seu nome revelado. Às autoridades, o humano afirmou que não pretendia matá-la. Seus filhotes seguem desaparecidos (Menezes, 2023).

O que Amarena estava tentando nos dizer ao se aproximar de nós, humanos, trazendo consigo seus filhotes? Partindo do pressuposto de Fantinel (2020), que

define a cidade como um espaço “coproduzido por humanos e outros animais em processos organizativos dinâmicos”, proponho que o diálogo entre diferentes culturas é um primeiro passo para a construção de uma urbe menos assimétrica em relação aos outros animais. Para tanto, é preciso aceitar que os outros animais têm suas culturas, e que elas também são dinâmicas e se renovam a partir das relações entre espécies.

Um dos casos mais significativos que acompanhei foi o da anta Docinho. Ela apareceu em uma casa localizada no limite entre a área rural e urbana, quando ainda era um filhote órfão em busca de abrigo e alimento. É certo que sobreviveu porque contou com o suporte dos humanos. Fez amizade com os cães e gatos da casa e, assim que atingiu a adolescência, voltou a se embrenhar pela mata ao redor – mas sempre voltava de noite para dormir na companhia dos amigos. No relacionamento que se desenvolveu entre espécies, Docinho, cães, gatos e humanos conseguiram criar uma cultura própria de respeito e convivência. Talvez a maior prova disso é que, depois de algum tempo, ela trouxe para casa um novo órfão, dessa vez um macho, que encontrou uma chance de crescer em uma cultura bastante específica – construída a muitas mãos e patas.

Incluir animais silvestres urbanos na nossa esfera de consideração ética exige mais do que uma simples mudança de olhar. Inclui abandonar o conforto da confiança excessiva na linguagem verbal e construir novos códigos, a partir de signos que combinem repertórios de animais humanos e não humanos. É preciso lembrar ainda que humanos também existem em universos culturais diferentes.

Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, por exemplo, vem envidando esforços para se tornar amigável para as araras. Inclusive, vem sendo apresentada na mídia como “Cidade das Araras”. O trabalho inclui conscientização da sociedade e instalação de ninhos artificiais em diferentes pontos do município. O processo, contudo, começou com as próprias aves chegando ao município e encontrando espaços para sobreviver. Os moradores que entrevistei têm orgulho dessa condição. Alguns, inclusive, anteveem dividendos nessa parceria, pois creem que

as araras podem se transformar em atrativo turístico. Elas estão posicionadas culturalmente como bons animais. Na cidade em que vivo, Tangará da Serra (MT), encontrei um cenário diferente. Vários residentes se queixaram comigo da presença dos animais porque eles “destroem” as árvores para construírem seus ninhos – as araras alargam cavidades nos troncos das árvores para nidificarem. Neste caso, a mesma espécie é tratada como praga. O que as araras e os humanos de Campo Grande (MS) poderiam dizer para as araras e humanos de Tangará da Serra (MT)? Como a semiosfera estabelecida em uma cidade poderia contaminar as margens da outra, de forma a garantir que animais não sejam tornados matáveis apenas por não se adequar a interesses ou expectativas humanas? Afinal, é fácil acolher e abrigar espécies como as araras-canindé.

Por outro lado, entre os refugiados, temos animais associados ao perigo para os humanos, como é o caso dos grandes felinos e das ariranhas. Há também aqueles animais, como as capivaras, que são muito incensados até procriarem em excesso, protagonizarem algum encontro agonístico ou, simplesmente, passarem a ser vistas como vetores. Nestes momentos, surgem os “planos de gerenciamento”, que visam regular e organizar sua presença no meio urbano e que, não raro, terminam em políticas de chamado controle populacional que, na verdade, são um eufemismo para a matança de espécies que se tornam incômodas ou se afastaram do padrão de submissão. Não é um desafio pequeno que os estudos organizacionais têm pela frente se somarmos a ele o fato de que estamos em meio a uma cultura midiática que romantiza os encontros com animais silvestres nas cidades e reforça a ideia de que eles podem ser tratados como animais de estimação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolhas éticas para organizar a vida nas cidades serão cada vez mais difíceis, pois esta é a última cartada esses animais, que agora se encontram na situação de refugiados ambientais. Muitos daqueles considerados “incompatíveis” com as

idades integrarão a, cada vez mais extensa, fila dos candidatos à extinção. Temos dois caminhos a escolher.

Podemos construir histórias cada vez mais elaboradas para relativizar nosso especismo. Esse é o trajeto mais fácil e o mais percorrido até hoje. Afinal, somos uma espécie muito boa em criar justificativas para nossos comportamentos assimétricos.

Outra rota, pouco usual, é a que venho propor aqui: que façamos a decisão consciente de olhar para os animais silvestres urbanos como refugiados e, ao pensar na organização do espaço urbano, que eles sejam alvo não apenas de consideração ética, mas de uma rede de proteção similar àquela que é oferecida para os refugiados humanos. Afinal, eles estão nos entregando tudo que têm - inclusive suas culturas e seu direito à expressão de comportamento natural. Não poderíamos nós, humanos, entregar algo também?

Esta proposta, é claro, esconde um certo especismo. Estou pedindo a concessão de refúgio a uma classe de animais, enquanto milhões de outros morrem todos os dias apenas para servirem de alimento. Mas essa é a questão com a cultura: ela se transforma lentamente. Prestar atenção àquilo nos falam os animais na condição de refugiados pode nos ajudar a construir organizações e estruturas mais justas para uma infinidade de outros animais confinados em construções sociais especistas. Resta falar que as perguntas e dúvidas são muito mais numerosas que as certezas. Este é justamente o convite dos estudos animais (Waldau, 2010): cada saber, cada área do conhecimento, contribui com uma peça do quebra-cabeça. Mais do que bem-vindos ao jogo, os estudos organizacionais são necessários.

REFERÊNCIAS

Almiron, Nuria & Cole, Matthew. (2016). The convergence of two critical approaches. In Nurial Almiron, Matthew Cole, & Carrie P. Freeman (Eds.). *Critical animal and media studies: communication for nonhuman animal advocacy* (pp. 1-). New York: Routledge.

Arluke, Arnold, Sanders, Clinton, & Irvine, Leslie. (2022). *Regarding animals*. Philadelphia: Temple University Press.

Baptistella, Eveline (2021). *(Ainda) precisamos falar sobre a ceva: os animais não humanos como trabalhadores no turismo do Pantanal*. *Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía*, VI(2), 139-150.

Baptistella, Eveline (2019). *Animais e fronteiras: um estudo sobre as relações entre animais humanos e não humanos*. Curitiba: Appris.

Baptistella, Eveline (2017). A representação dos animais na imprensa: uma proposta de reflexão ética. *Revista Comunicação, Cultura e Sociedade*, 5(2), 3-21.

Bardin, Laurence (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bekoff, Mark (2010). *A vida emocional dos animais: alegria, tristeza e empatia nos animais: um estudo científico capaz de transformar a maneira como os vemos e tratamos*. São Paulo: Cultrix.

Coelho, Maria C. & Rezende, Cláudia (2010). *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: FGV.

Czarniawaska, Barbara (2008). *Organizing: how to study it and how to write about it*. *Qualitative Research in Organizations and Management*, 3(1), 4-20.

Duarte, Márcia & Alcadipani, Rafael (2016). Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 23(76), 57-72.

Edwards, Adrian (2015). Refugiado ou migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto. *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)*. Recuperado em 30 novembro, 2022: <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/#:~:text=Dizemos%20'refugiados'%20quando%20nos%20referimos,outro-s%20aceitem%20fazer%20o%20mesmo.>

DeMello, Margo (2012). *Animals and society: an introduction to human-animal studies*. New York: Columbia University Press.

Descola, Phillippe (1998). *Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia*. *Mana*, 4(1), 23-45.

Fantinel, Leticia (2020). *O organizar multiespécie da cidade*. In Luiz Alex S. Saraiva & Ana S. R. Ipiranga (Orgs.). *História, práticas sociais e gestão das/nas cidades* (pp. 297-344). Ituitaba: Barlavento.

Francione, Gary & Charlton, Anna (2015). *Coma com consciência: uma análise sobre a moralidade do consumo de animais*. São Paulo: Exempla.

Godfrey-Smith, Peter (2019). *Outras mentes: o polvo e a origem da consciência*. São Paulo: Todavia.

Guerra, Sidney (2021). As mudanças climáticas como catástrofe global e o refugiado ambiental. *Revista Estudos Institucionais*, 7(2), 537-559.

Haraway, Donna (2008). *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Hare, Brian & Woods, Vanessa (2020). *Survival of the friendliest*. New York, Random house.

Hecker, Susanne, Haklay, Muki, Bowser, Anne, Makuch, Zen, Vogel, Johannes, & Bonn, Aletta (Eds.). (2018). *Citizen science: innovation in open science, society and policy*. London: UCL Press.

Hine, Christine (2005). Virtual methods and the sociology of cyber-social-scientific knowledge. In Christine Hine (Ed.). *Virtual methods. Issues in social research on the internet* (pp. 1-16). London: Bloomsbury Publishing.

Instituto Umanita Unisinos. (2012). *Declaração de Cambridge sobre a Consciência de Animais Humanos e Não Humanos*. Recuperado em 12 julho, 2023 de: <http://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/511936-declaracao-de-cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>.

Ingold, Tim (1994). *Humanity and animality*. In Tim Ingold (Ed.). *Companion encyclopedia of anthropology* (pp. 14-32). London: Routledge.

Joy, Melanie (2014). *Porque amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não*. São Paulo: Cultrix.

Kirksey, Eben & Helmreich, Stefan (2010). The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, 25(4), 545-576.

Kozinets, Robert (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso.

Latour, Bruno (2005). *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. New York: Oxford University Press.

Latour, Bruno (2001). *Jamais formos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: 34.

Latour, Bruno (1996). On interobjectivity. *Mind, Culture, and Activity*, 3(4), 228-245.

Law, John (2002). Objects, spaces and others. *Theory, Culture & Society*, 19(5-6), 91-105.

Leach, Edmund (1983). *Antropologia*. São Paulo: Ática.

Lotman, Iuri (1996). *La semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Mendes, Fabiana. (2021). Jacaré é flagrado no pátio de vistoria do Detran; veja vídeo. *Olhar Direto*. Recuperado em 20 novembro, 2022 de: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=488482¬icia=jacare-e-flagrado-no-patio-de-vistoria-do-detrان-veja-video&edicao=1>.

Menezes, Penélope (2023). Mãe urso é morta a tiros no Itália; caso gera críticas de ativistas. *O Povo*. Recuperado em 01 setembro, 2023 de: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2023/09/01/mae-ursa-e-morta-a-tiros-na-italia-caso-gera-criticas-de-ativistas.html>.

Merskin, Debra (2018). *Seing species: re-presentations of animals in media & popular culture*. New York: Peter Lang Publishing.

Pires, Marco (2012) *Não é mais possível dizer que não sabíamos, diz Philip Low*. *Veja On-line*, São Paulo. Recuperado em 20 julho, 2022 de: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/nao-e-mais-possivel-dizer-que-nao-sabiamos-diz-philip-low>.

Süssekind, Felipe (2018). Sobre a vida multiespécies. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro*, 69(1), 159-178.

Traquina, Nelson (2013). *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.

Travancas, Isabel (2011). Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In Jorge Duarte, & Antonio Barros (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 98-109). São Paulo: Atlas.

Waldau, Paul (2013). *Animal studies: an introduction*. New York: Oxford University Press.

Wilson, Edward O. (2009). *A criação: como salvar a vida na Terra*. São Paulo: Companhia das Letras.

Yin, Robert (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

ANIMAIS SILVESTRES URBANOS: REFUGIADOS AMBIENTAIS E UMA NOVA ORDEM MULTIESPÉCIES

Resumo

O presente artigo reflete sobre a questão dos animais silvestres que estão se refugiando nos espaços urbanos e os desdobramentos que tal presença produz na organização das cidades. Inscrito na tradição dos Estudos Críticos Animais, este trabalho se baseia na interdisciplinaridade, tanto em seu referencial teórico quando em sua metodologia. Trata-se de um estudo de caso cujas fontes de evidência contemplam dados obtidos dentro de um projeto maior de estudo das relações entre animais humanos e não humanos. O corpus inclui informações obtidas por meio da etnografia multiespécies realizada em contextos urbanos e na região do Pantanal Norte (MT); análise de conteúdo de notícias veiculadas pela imprensa brasileira; e etnografia on-line (netnografia) na rede social Instagram. As reflexões apontam a importância da inserção dos animais não humanos na esfera de consideração ética dos estudos organizacionais pela via do reconhecimento da relevância da agência animal na organização dos espaços urbanos.

Palavras-chave

Estudos críticos animais. Estudos organizacionais. Etnografia multiespécies.

ANIMALES SALVAJES URBANOS: REFUGIADOS Y UN NUEVO ORDEN MULTIESPECÍFICO

Resumen

Este artículo reflexiona sobre la cuestión de los animales salvajes que se refugian en los espacios urbanos y las consecuencias que esta presencia tiene en la organización de las ciudades. Siguiendo la tradición de los Estudios Críticos sobre Animales, este trabajo se basa en la interdisciplinariedad, tanto en su marco teórico como en su metodología. Se trata de un estudio de caso cuyas fuentes de evidencia incluyen datos obtenidos como parte de un proyecto más amplio para estudiar las relaciones entre animales humanos y no humanos. El corpus incluye información obtenida mediante etnografía multiespecífica realizada en contextos urbanos y en la región del Pantanal Norte (MT); análisis de contenido de noticias difundidas en la prensa brasileña; y etnografía online (netnografía) en la red social Instagram. Las reflexiones apuntan a la importancia de incluir a los animales no humanos en el ámbito de la consideración ética de los estudios organizacionales al reconocer la relevancia de la agencia animal en la organización de los espacios urbanos.

Palabras clave

Estudios críticos sobre animales. Estudios organizativos. Etnografía multiespecífica.

URBAN WILD ANIMALS: ENVIRONMENTAL REFUGEES AND A NEW MULTI-SPECIES ORDER

Abstract

This article reflects on the issue of wild animals that are taking refuge in urban spaces and the consequences that this presence has on the organization of cities. Inscribed in the tradition of Critical Animal Studies, this work is based on interdisciplinarity, both in its theoretical framework and in its methodology. It is a case study whose sources of evidence include data obtained as part of a larger project to study relations between human and non-human animals. The corpus includes information obtained through multi-species ethnography carried out in urban contexts and in the Northern Pantanal region (MT); content analysis of news broadcast by the Brazilian press; and online ethnography (netnography) on the Instagram social network. The reflections point to the importance of including non-human animals in the sphere of ethical consideration of organizational studies by recognizing the relevance of animal agency in the organization of urban spaces.

Keywords

Critical animal studies. Organizational studies. Multi-species ethnography.

CONTRIBUIÇÃO

Eveline Baptistella

A autora declara ter tido de todas as fases do processo de elaboração desta contribuição.

CONFLITOS DE INTERESSE

A autora declara não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A autora declara que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

-

COMO CITAR

Baptistella, Eveline (2024). Animais silvestres urbanos: refugiados ambientais e uma nova ordem multiespécies. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 11(30), 213-240.